



Id:0F8BDB6EF8F4772A



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO

| | |
|---------------------------|--|
| CONTRATO | Nº 020/2023. |
| MODALIDADE | PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2023. |
| OBJETO | Aquisição parcelada de material de construção para atender a Prefeitura Municipal de currupalinhos e suas Secretarias. |
| CONTRATANTE | MUNICÍPIO DE CURRALINHOS - PI, CNPJ Nº 01.612.579/0001-06. |
| CONTRATADO | ISRAEL SOARES ALENCAR -ME, CNPJ/MF n.º20.119.929/0001-41. |
| VALOR | R\$ 1.242.753,60 (um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos). |
| FONTE DE RECURSO | FPM, ICMS, FMAS, FUS, FUNDEB 30% E OUTROS RECURSOS. |
| DATA DA ASSINATURA | 31/01/2023. |
| VIGENCIA | 12 (doze) meses. |
| SIGNATÁRIO | Everardo Lima Araújo (CONTRATANTE). Israel Soares Alencar (CONTRATADA). |

Currupalinhos-PI, 31 de janeiro de 2023.

Everardo Lima Araújo
Prefeito Municipal

Página 1 de 1

Id:09FEC58D82CC773E



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO

| | |
|---------------------------|--|
| CONTRATO | Nº 021/2023. |
| MODALIDADE | PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2023. |
| OBJETO | Aquisição parcelada de material de construção para atender a Prefeitura Municipal de currupalinhos e suas Secretarias. |
| CONTRATANTE | MUNICÍPIO DE CURRALINHOS - PI, CNPJ Nº 01.612.579/0001-06. |
| CONTRATADO | G D DE SOUSA NETO EIRELI, CNPJ nº03.459.973/0001-81. |
| VALOR | R\$ 29.761,30 (vinte e nove mil setecentos e sessenta e um reais e trinta centavos). |
| FONTE DE RECURSO | FPM, ICMS, FMAS, FUS, FUNDEB 30% E OUTROS RECURSOS. |
| DATA DA ASSINATURA | 31/01/2023. |
| VIGENCIA | 12 (doze) meses. |
| SIGNATÁRIO | Everardo Lima Araújo (CONTRATANTE). Gonçalo Delmiro de Sousa Neto (CONTRATADA). |

Currupalinhos-PI, 31 de janeiro de 2023.

Everardo Lima Araújo
Prefeito Municipal

Página 1 de 1

4.8 Nas hipóteses previstas no subitem 4.7 a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Diário Oficial do Município, juntando-se o comprovante ao processo que deu origem ao registro.

4.9.1 Caso não se verifique fundamentação em sua solicitação a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, conforme o caso, bem como aquelas dispostas no respectivo instrumento convocatório.

4.10 Cancelada a ata em relação à detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para efetuar o fornecimento, nos termos de sua proposta.

4.11 Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Município, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

4.12 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

7.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993, na Lei n.º 10.520/2002 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA OITAVA - ANTICORRUPÇÃO - LEI 12.846/2013

8.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

8.2. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

8.2.1. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução do contrato;

8.2.2. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;

8.2.3. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

8.2.4. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;

8.2.5. “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do CONTRATANTE promover inspeção.

8.3. Caso a autoridade competente para a aplicação das sanções estabelecidas no Termo de Referência, constatar a existência de indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a quem for

de competência, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, regulamentado pelo Decreto nº XXX/20XX.

8.4. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1 É eleito o Foro da Comarca de Monsenhor Gil para dirimir os litígios que decorrerem da presente ata, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achado em ordem, vai assinada pelas partes e por duas testemunhas.

Currupalinhos-PI, 30 de janeiro de 2023

EVERARDO LIMA ARAUJO
Prefeita Municipal – PI

Gerenciador do SRP
Alexandre Veras Avelino

G D DE SOUSA NETO EIRELI,
CNPJ nº03.459.973/0001-81
Vencedor

ISRAEL SOARES ALENCAR-ME
CNPJ/MF sobn.º20.119.929/0001-41
Vencedor

PLURAL CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/MF sob n.º 10.613.062/0001-22
Vencedor